



GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados Acionistas,

A Administração da Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Os resultados financeiros são informados de forma individual, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"), cuja acionista é a Two Square Transmissions Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Transmissions"), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A., cuja acionista é a Sterlite Grid 5 Limited, sediada na Índia.

Desempenho financeiro e operacional

Destacamos os principais indicadores de desempenho do período.

R\$ Mil	4T25	Índice de Endividamento Geral (R\$ Mil)	4T25
Lucro bruto	47.198	Passivo total	50.009
Receita operacional bruta	53.160	Ativo total	501.254
Margem lucro operacional	67,84%	Endividamento geral (EG)	9,98%
Receita operacional líquida	50.702		
Custos e Despesas	(14.638)		
EBITDA	36.064		
Margem EBITDA	71,13%		
Lucro líquido do exercício	35.046		

Governança corporativa

A TS Transmissions busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças, jurídico e recursos humanos.

Durante o ano de 2021, a Companhia implantou sistemas e ferramentas necessárias ao aprimoramento de sua governança e processos de controles internos, buscando, cada vez mais, a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos e estratégias do grupo.

Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, o Grupo TS Transmissions no Brasil opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A Companhia entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

Neste sentido, a companhia desenvolveu um conjunto completo de processos que cobre todas as fases do ciclo de vida de seus projetos. O SWW (Sterlite Way of Working) compreende: Handovers; Criação das SPEs; Licenciamento ambiental; Engenharia; Negociações fundiárias; Supply Chain Management; Gerenciamento e execução de projetos; Qualidade; Saúde e segurança no trabalho.

Considerações Finais

Ao longo de 2025, a Companhia manteve seu compromisso com a excelência operacional, garantindo eficiência e segurança no fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A Sociedade reforça sua missão de contribuir para o desenvolvimento do setor elétrico e gerar valor para seus acionistas.

São Paulo, 31 de março de 2026.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL



31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.549	1.224	Fornecedores	9	1.887	1.928
Concessionária e permissionárias	6	3.336	3.812	Salários e encargos sociais		1.617	1.351
Tributos e contribuições a compensar		212	161	Tributos e contribuições sociais		414	627
Prêmio de seguro		529	388	Imposto de renda e contribuição social		345	273
Adiantamento a fornecedores e funcionários	7	-	69	Encargos setoriais		3.675	491
Ativo da concessão	8	36.033	37.333	PIS e COFINS diferido	10	1.315	1.363
Outros ativos		375	-	Dividendos a pagar		333	152
Total do ativo circulante		53.034	42.794	Outros passivos	11	-	5.017
Não circulante				Total do passivo circulante		9.586	11.202
Realizável a longo prazo		-	-	Não circulante			
Concessionária e permissionárias	6	823	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	14.816	14.357
Ativo da concessão	8	444.940	428.726	Tributos indiretos diferidos	10	16.243	16.187
Prêmio de seguro		224	-	Provisões para contingências	12	9.364	11.466
Adiantamento a fornecedores	7	2.233	1.852	Total do passivo não circulante		40.423	42.010
Total do ativo não circulante		448.220	430.771	Patrimônio líquido			
Total do ativo		501.254	473.565	Capital social	13.a	380.765	380.765
				Reservas de lucros	13.c e 13.d	70.428	39.288
						451.193	420.053
				Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	52	300
				Total do patrimônio líquido		451.245	420.353
				Total do passivo e patrimônio líquido		501.254	473.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de infraestrutura e operação e manutenção		6.207	2.458
Remuneração do ativo de concessão		44.495	38.639
Receita operacional líquida	14	50.702	41.097
Custo de implementação de infraestrutura	15	-	(12.261)
Custo de operação e manutenção	16	(3.504)	(2.352)
Lucro bruto		47.198	26.484
Despesas gerais e administrativas	17	(16.268)	(7.359)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	5.134	(84)
Lucro antes do resultado financeiro		36.064	19.041
Receitas financeiras		475	229
Despesas financeiras		(345)	(1.714)
Resultado financeiro	19	130	(1.485)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.194	17.556
Provisão de renda e contribuição social corrente	10	(1.224)	(983)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	76	(544)
Lucro líquido do exercício		35.046	16.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE



Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	35.046	16.029
Total de resultados abrangentes	35.046	16.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		348.870	3.745	70.433	-	423.048	-	423.048
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	-	-	-	-	-	32.195	32.195
Aumento de capital social	13.c	31.895	-	-	-	31.895	(31.895)	-
Distribuição de dividendos	13.c	-	-	(50.767)	-	(50.767)	-	(50.767)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.029	16.029	-	16.029
Constituição de reserva legal	13.c	-	801	-	(801)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(152)	(152)	-	(152)
Constituição das reservas de retenção de lucros		-	-	15.076	(15.076)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		380.765	4.546	34.742	-	420.053	300	420.353
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	-	-	-	-	-	(248)	(248)
Aumento de capital social		-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	13.c	-	-	(3.573)	-	(3.573)	-	(3.573)
Lucro líquido do exercício	13.c	-	-	-	35.046	35.046	-	35.046
Constituição de reserva legal	13.c	-	1.752	-	(1.752)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(333)	(333)	-	(333)
Constituição das reservas de retenção de lucros	13.c	-	-	32.961	(32.961)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		380.765	6.298	64.130	-	451.193	52	451.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Em junho de 2022 a LT 230 kV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2024 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. A Companhia tem sua sede na Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar, Edifício Continental Square, na Vila Olímpia. A companhia é controlada pela GBS Participações S.A., cuja acionista é a Two Square Transmissions Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo TS Transmissions"), anteriormente denominada como Sterlite Brazil Participações S.A.

1.2. Da Concessão: Em 28 de junho de 2018, o Grupo TS Transmissions sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 002/2018 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 23/2018 foi assinado em 21 de setembro de 2018, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230 kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km; (ii) Novo pátio em 345 kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV; (iii) Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; e (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.3. Receita Anual Permitida - RAP: O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.320 (R\$35.265 ajustada para o ciclo 2025 - 2026, conforme Resolução Homologatória nº 3.481 de 17 de junho 2025), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. Em junho de 2022 a LT 230 kV Edéia

- Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. **1.4. Encargos regulatórios:** Conforme instituído pelo art.13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. **1.5. Recuperação extrajudicial:** Em 18 de julho de 2025, a GBS Participações S.A. em conjunto com a Olindina Participações S.A. ("Olindina") e Two Square, ajuizaram pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano de RE"), com fundamento no art. 161 e no art. 163, § 8º, da Lei nº 11.101/05. O processo foi autuado sob nº 1101292-31.2025.8.26.0100 e está em trâmite perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo/SP. A motivação do pedido decorre de impactos econômicos adversos enfrentados pelo grupo, incluindo: (i) atrasos nos cronogramas de obras e no fluxo de recebíveis decorrentes da pandemia da Covid-19; (ii) aumento expressivo nos custos de execução dos empreendimentos, especialmente no Projeto da São Francisco Transmissão de Energia; (iii) postergação da geração caixa operacional, o que comprometeu a liquidez e o cumprimento das obrigações financeiras pactuadas. O Plano de RE foi aceito por credores que representam mais da metade dos Créditos Afetados Originais, conforme exigência do §1º do art. 163 da LRF. Em razão disso, o juízo deferiu o processamento da recuperação extrajudicial com suspensão (stay period) por 180 dias corridos, restrita aos Créditos Afetados Originais da Two Square e GBS, nos termos das decisões proferidas em 21 e 25 de julho de 2025. Em 09 de setembro de 2025, a Companhia, em conjunto com a Olindina e a GBS apresentaram nova versão do Plano de RE, a qual incluiu a reestruturação dos Créditos Afetados da Olindina. Na ocasião, foram apresentados Termos de Adesão que demonstraram que a nova versão do Plano de RE foi aceita por credores que representam mais da metade dos Créditos Afetados Originais, conforme exigência do §1º do art. 163 da LRF. Dessa forma, a nova versão do Plano RE apresentada em 09 de setembro de 2025 abrange: i) Reestruturação obrigatória dos Créditos Afetados Originais; ii) Reestruturação facultativa dos Créditos Afetados Adicionais, mediante a adesão dos respectivos credores; iii) Reestruturação facultativa de Créditos Extraconcurais, mediante a adesão dos respectivos credores. Dentre os Créditos Abrangidos:





GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2025



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

setembro de 2025. Já em relação à GBS, a consequência direta da homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, consiste na novação dos Créditos Afetados da GBS, sendo as novas condições de pagamento as seguintes: três parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo que a primeira parcela será devida no primeiro dia útil subsequente ao segundo aniversário da data de homologação judicial do plano e as parcelas subsequentes serão devidas na mesma data dos anos seguintes, conforme previsto na Cláusula 3.2 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Além disso, há a possibilidade de novação de créditos Extraconcursais, caso os respectivos credores adiram ao Plano de RE. No que diz respeito aos Créditos Afetados Adicionais da GBS, conforme previsto na Cláusula 3.3 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025, foi realizado o Leilão Reverso, por meio do qual foram recomprados 23,12% dos créditos decorrentes da 1ª Emissão de Debêntures de titularidade dos vencedores do Leilão Reverso. Em virtude do "Contrato de Compromisso de Pagamento por Conta em Ordem com Sub-Rogação sob Condição Suspensiva", firmado entre a GBS e Banco BTG Pactual, o Banco realizou os pagamentos por conta e ordem da GBS, com sub-rogação, adquirindo os referidos créditos. Por fim, para a Olindina, a consequência direta da homologação judicial do Plano de RE, observados os Eventos de Rescisão Antecipada do Plano e as Condições de Eficácia do Plano, consiste na novação dos Créditos Afetados da Olindina, sendo as novas condições de pagamento as seguintes: única parcela devida até 30 de junho de 2025, conforme previsto na Cláusula 3.4 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Além disso, há a possibilidade de novação dos Créditos Extraconcursais Olindina, caso os respectivos credores adiram ao Plano de RE, sendo as novas condições de pagamento previstas nas Cláusulas 4.2, 4.3 e 4.4 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025. Por fim, nos termos da Cláusula 5 do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025 há a possibilidade de contratação de financiamento na modalidade debor-in-possession ("DIP"), por meio de emissão de debêntures pela Olindina na data em que as Condições de Desembolso do Financiamento DIP forem verificadas ou expressamente renunciadas. A decisão homologatória do Plano de RE ainda não transitou em julgado, uma vez que se encontra em curso prazo recursal. Este documento deverá ser interpretado em conjunto com as disposições do Plano de RE apresentado em 09 de setembro de 2025 na Recuperação Extrajudicial. A administração permanece monitorando a evolução do processo e reavaliará eventuais efeitos às demonstrações contábeis a serem reconhecidos nos próximos períodos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de março de 2026. **2.2. Continuidade Operacional:** A controladora da Companhia, a GBS, foi notificada pela Oliveira Trust, na qualidade de agente fiduciário, em 25 de julho de 2025, informando que, em decorrência do ajuizamento da Recuperação Extrajudicial, a Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da GBS venceu antecipadamente. Em 29 de julho de 2025, a Oliveira Trust emitiu convocação para a realização de Assembleia Geral de Debenturistas, que ocorreu em primeira convocação em 13 de agosto de 2025, no entanto, esta não foi instalada por ausência de quórum estipulado na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures da GBS. Em 22 de agosto de 2025, o Desembargador Relator Ricardo Negrão deferiu parcialmente o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, especificamente para obstar do vencimento antecipado das obrigações previstas no âmbito das Debêntures da GBS unicamente em razão do ajuizamento do pedido de homologação do Plano de RE. Vide mais detalhes sobre a recuperação extrajudicial na Nota 1.5. É importante destacar que o processo de recuperação extrajudicial não incluiu diretamente a Companhia. A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para convocação da "AGD" para deliberação sobre o perdão temporário "waiver". A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das debêntures e do financiamento de sua controladora. Vide mais informações na Nota 11. É importante destacar que a Companhia, a Borborema Transmissão de Energia S.A. e a Solaris Transmissão de Energia S.A. estão operacionais e foram estruturadas de modo que sua estrutura de capital está condicionada exclusivamente a operação destas e de sua controladora direta GBS Participações S.A. Isto significa que os fluxos de caixa e ativos gerados pela Goyaz, Solaris e Borborema são suficientes e estão dedicados exclusivamente ao serviço de suas próprias dívidas e obrigações, bem como de sua controladora GBS. Contudo, não há como descartar que um eventual problema de liquidez da controladora do Grupo Two Square Transmissions Participações S.A. poderá refletir na Companhia. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim, dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de outra incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 10); e • Contabilização de contratos de concessão (Nota 8). Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliações, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da

infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

3 Políticas contábeis materiais

3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: i) Classificação e mensuração: Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Custo amortizado: Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e de gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment): Conforme o CPC 48 o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) Baixa de ativos financeiros: A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) Ativo de concessão - financeiro: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) Ativo de concessão - contratual: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.5. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou

perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados ao valor recuperável. **3.8. Dividendos:** O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social da Companhia, equivale a 1% do lucro líquido ajustado pela constituição de reserva legal. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no passivo quando do encerramento do exercício. A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. **3.9. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração dos ativos de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%. Diferidos: Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. a) Impostos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.12. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4 Novas normas e interpretações

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025 A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2025 as normas abaixo, entretanto, não há efeito nas demonstrações financeiras.

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade e garantia a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarborização (CBIO)	Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarborização (CBIO)	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em demonstrações financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

www.sterlitepower.com/br/brazil

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2025



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Contas correntes bancárias	11	1.224
Aplicações financeiras	12.538	—
	12.549	1.224

As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo compromissadas, remuneradas pelo CDI, entre 70% e 98% em 31 de dezembro 2025 e 2024, cuja rentabilidade até 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 475 (R\$ 229 em 31 de dezembro de 2024).

6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	4.159	3.812
	4.159	3.812

Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial. A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento. Em 31 de dezembro de 2025, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	3.010	2.945
vencidos até 30	9	399
vencidos até 90	317	275
vencidos mais de 90	823	193
	4.159	3.812
Circulante	3.336	3.812
Não circulante	823	—

7 Adiantamentos a fornecedores e funcionários

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores (i)	2.233	1.852
	2.233	1.852

(i) Refere-se principalmente aos recursos liberados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços da construção da linha de transmissão. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

8 Ativo de concessão

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	466.059	459.768
Margem de implementação da infraestrutura (i)	3.598	3.887
Remuneração do ativo de concessão (ii)	48.610	38.243
Revisão tarifária periódica (Nota 18)	—	(3.881)
(-) Recebimentos	(37.294)	(31.958)
	480.973	466.059
Circulante	36.033	37.333
Não circulante	444.940	428.726

9 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores relacionados a implementação da infraestrutura	394	148
Retenções contratuais (i)	1.493	1.780
	1.887	1.928

(i) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimento das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência. Com a finalização do projeto, estamos em fase de reconciliação dos fornecedores.

10 Tributos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
a) Tributos diferidos	9.621	9.323
Imposto de renda diferido	5.195	5.034
Contribuição social diferida	14.816	14.357
IR e CS diferidos	234	3.030
COFINS diferida	1.081	14.520
Outros tributos diferidos	16.243	—
Tributos indiretos diferidos	17.558	17.550
Tributos passivos	32.374	31.907
Circulante	1.315	1.363
Não circulante	31.059	30.544

b) Conciliação do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	14.914	14.914
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	1.193	1.790
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(298)	(161)
Outros ajustes	—	535
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(298)	374
Receita realizada	36.439	36.439
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo total	2.915	4.373
Receitas financeiras	468	468
Base de cálculo	3.383	4.841
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(846)	(436)
Outros ajustes	58	—
Imposto de renda e contribuição social corrente	(788)	(436)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferido passivo sobre receita de contrato com clientes - CPC 47, são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual, e serão tributados na proporção das operações, considerando as disposições da Lei 12.973 e Instrução Normativa 1.700.

	31/12/2024	31/12/2024
Receita operacional bruta	42.130	42.130
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo presumida	3.370	5.056
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(843)	(455)
Mudança de cálculo (ajuste no resultado)	241	(75)
Revisão tarifária periódica (Nota 18)	(81)	(44)
Outros ajustes	560	153
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(123)	(421)
Receita realizada	30.856	30.856
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo total	2.468	3.703
Receitas financeiras	292	292
Base de cálculo	2.760	3.995
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(690)	(360)
Outros ajustes	53	14
Imposto de renda e contribuição social corrente	(637)	(346)

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2024	Reconhecido no resultado	Outros ajustes	31/12/2025
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(9.323)	(298)	—	(9.621)
Contribuição social	(5.034)	374	(535)	(5.195)
Não circulante	(14.357)	76	(535)	(14.816)
	31/12/2023	Reconhecido no resultado	Outros ajustes	31/12/2024
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(9.195)	(123)	(5)	(9.323)
Contribuição social	(4.966)	(421)	353	(5.034)
Não circulante	(14.161)	(544)	348	(14.357)

11 Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros	—	5.004
Outros	—	13
	—	5.017

12 Provisões para contingências

a) Contingências passivas - risco de perda provável: A Administração da Companhia com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Quantidade de processos	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35	9.909
Adição/atualização	—	1.557
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25	11.466
Adição/atualização	(10)	(2.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15	9.364

Em 31 de dezembro de 2025 todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se à Ação de Constituição de Servidão, Ação de Consignação em Pagamento e Ação de Desapropriação - Fundiária.

13 Patrimônio líquido

a) Capital social: A Companhia foi constituída em 24 de julho de 2018 com capital social autorizado de R\$1, divididas em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$380.765, representado por 380.765.537 ações ordinárias nominativas (em 31 de dezembro de 2024 é representado por 380.765.537 ações ordinárias nominativas), totalmente integralizado, em moeda corrente nacional e no valor nominal de R\$1 cada. b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o estorno do recebimento referente ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) para GBS no montante de R\$ 258, restando um saldo de R\$ 52. c) Reservas de lucros:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	35.046	16.029
Constituição da reserva legal (i)	(1.752)	(801)
Base de cálculo de dividendos	33.294	15.228
Dividendos mínimos obrigatórios	(333)	(152)
Reserva de retenção de lucros (ii)	(32.961)	(15.076)
Saldo de lucros acumulados	—	—

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social antes da destinação. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. Em 21 de maio de 2024, 30 de agosto de 2024 e 30 de dezembro de 2024 a Companhia Goyaz Transmissão de Energia S.A. distribuiu dividendos para sua acionista GBS Participações S.A. nos montantes de R\$ 9.300; R\$40.500 e R\$967, perfazendo o total de R\$ 50.767. d) Dividendos mínimos obrigatórios: O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Para o exercício de 2025 o valor foi de R\$ 333 (R\$ 152 em 2024). Conforme AGE, em 10 de setembro de 2025 foi aprovado em ato societário, pagamentos de dividendos no montante R\$3.725, sendo R\$ 152 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 3.573 de dividendos intermediários, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos durante o exercício de 2025.

14 Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta	8.257	3.887
Receita de infraestrutura e operação e manutenção	43.951	38.243
Receita de remuneração do ativo de concessão	952	—
Outras receitas	53.160	42.130
Total da receita bruta	(1.885)	(580)
PIS e COFINS sobre a receita	(573)	(453)
Encargos setoriais	50.702	41.097

15 Custo de implementação de infraestrutura

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	—	(175)
Pessoal	—	—
Máquinas e equipamentos	—	(4.808)
Edificação	—	(4.611)
Servidão	—	(2.667)
Outros	—	—
	—	(12.261)

16 Custo de operação e manutenção

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e encargos	—	(111)
Serviços de terceiros	(2.973)	(2.195)
Outros	(531)	(46)
	(3.504)	(2.352)

17 Despesas gerais administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal e encargos	(8.350)	(2.355)
Serviços de terceiros	(3.879)	(2.913)
Material	(6)	(5)
Aluguéis	—	(37)
Tributos	(13)	(9)
Seguros	(670)	(1.126)
Perdas de títulos incobráveis	—	(275)
Outros	(3.350)	(639)
	(16.268)	(7.359)

18 Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas (CDE) (i)	—	3.798
Revisão tarifária periódica (ii) (Nota 8)	—	(3.882)
	—	(84)

(i) Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.
(ii) Efeito da revisão da RAP - Receita Anual Permitida, decorrente do processo de RTP - Revisão Tarifária Periódica, homologado pela resolução da ANEEL 3.348 de 16 de julho de 2024.

19 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	475	229
Rendimentos de aplicações financeiras	—	—
Outras receitas financeiras	475	229
Despesas financeiras	(111)	(97)
Despesas bancárias	—	(1.487)
Comissões e taxas	(206)	(122)
Multas	(8)	(5)
IOF	(20)	(3)
Outros	(345)	(1.714)
	130	(1.485)

20 Seguros

A Companhia possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública, conforme apresentado a seguir:

Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Segurado	Valor
Operacional	Risco civil	Chubb	12/06/2025	25/05/2027	R\$ 50.000	
Operacional	Risco Operacional	Tokio Marine	18/06/2025	25/05/2027	R\$ 306.902	

21 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo custo amortizado	31/12/2025	31/12/2024
Contas correntes bancárias	11	1.224
Concessionárias e permissionárias	4.159	3.812

Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado

	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	2	12.538	—

Passivos mensurados pelo custo amortizado

	Nível	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	1.887	1.928	

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e • Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **21.2. Gestão do capital:** A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade da operação. **21.3. Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria da Companhia. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos de preço: As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Riscos de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julga adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índices inflacionários.

22 Partes relacionadas



Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

Demonstrações Financeiras 2025

→ continuação

DIRETORIA

Luiz Felipe Negreiros de Sá
Diretor

Julia Coelho Peres
Diretora

Gabriela Desire Olímpio Pereira
Diretora

CONTADOR

Anderson de Souza Santos
CRC - 1SP245747/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Goyaz Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Goyaz Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.5, que informa que a controladora da Companhia, protocolou pedido de recuperação extrajudicial, o qual foi homologado em 6 de março de 2026, estando em fase de implementação e cumprimento das obrigações previstas no respectivo plano, inclusive no que diz respeito à novação dos créditos afetados. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, descritos na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da**

governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

EY Shape the future
with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>